

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 3.945, DE 2004

Dá maior celeridade às ações judiciais de interesse difuso.

Autor: Deputado Manato

Relator: Deputado Fernando Coruja

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei em tela pretende conferir prioridade na tramitação dos processos que envolvam quaisquer direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, mediante requerimento do autor da ação formulado na petição inicial, o qual poderá ser indeferido pelo juiz distribuidor somente se houver a constatação de que o interesse em causa é meramente individual.

O autor da proposta justifica a alteração legislativa mediante ampla citação doutrinária concernente às vantagens da tutela jurisdicional coletiva, que deve ser privilegiada inclusive como solução para o crônico problema da obstrução das vias jurisdicionais, possibilitando a convergência, numa só demanda, de enorme gama de interesses.

O projeto foi distribuído a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania para análise conclusiva acerca de sua constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito, nos termos regimentais.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A proposição apresenta-se isenta de vícios de inconstitucionalidade, uma vez que é competência privativa da União legislar sobre direito processual civil, legítima a iniciativa e adequada a elaboração de lei ordinária (arts. 22, I, 48, *caput* e 61, da Constituição Federal).

Não há problemas de juridicidade, restando observados os princípios do ordenamento jurídico.

A técnica legislativa, contudo, pode ser melhor adequada aos ditames da Lei Complementar nº 95/98. O projeto carece de um artigo inaugural que delimite o seu objeto, além de apresentar uma redação desnecessariamente detalhada, já que basta dizer-se que os referidos processos terão prioridade na sua tramitação, não havendo necessidade de discriminar os atos processuais nos quais tal preferência interferirá. Essa a sistemática que vem sendo adotada, com êxito, pelas leis que concedem prioridade na tramitação a determinadas causas, como se verá adiante.

Ademais, a ementa não está adequada ao propósito do projeto, já que este se refere tanto a direitos difusos, como a coletivos e individuais homogêneos, e aquela somente faz referência aos primeiros. Caso se quisesse adotar o gênero, melhor seria fazer-se alusão aos direitos coletivos, que, em ampla acepção, podem englobar os demais.

Contudo, o maior equívoco de técnica legislativa reside, a nosso sentir, na opção por tratar a matéria em legislação esparsa, quando tal deveria ser feito no corpo das leis já existentes e que versam sobre direitos coletivos *lato sensu*.

E aqui passamos a abordar o mérito da proposição, ponto no qual concordamos com o seu autor no sentido de dever-se conferir tratamento diferenciado às ações coletivas, que rompem com a tradição individualista do nosso processo civil e representam a tutela jurisdicional adequada à “sociedade de massa”.

A cultura da singularidade da tutela jurisdicional correspondia a um individualismo jurídico que vem sendo superado, sendo a tutela jurisdicional coletiva reflexo dessa tendência, que se espelha no sucesso

das *class actions* norte-americanas e que vem representada especialmente na Lei da Ação Civil Pública e no Código de Defesa do Consumidor, que, juntos, formam um sistema de tutela coletiva.

A crescente importância das lides coletivas recebeu de Cândido Rangel Dinamarco¹ as seguintes e relevantes considerações:

“O estilo de vida contemporâneo, solidário por excelência e por imposição das necessidades e aspirações comuns na ‘sociedade de massa’, impõe o trato coletivo de interesses que se somam e se confundem, quase se destacando dos indivíduos a que tradicionalmente se reportavam com exclusividade – e tal é o ‘direito de massa’, resultante dessa nova realidade social, e que por sua vez impõe rumos novos ao processo civil, o qual também se vai, então, modelando como um ‘processo civil de massa’.”

A relevância da matéria, que evita a pulverização de inúmeras demandas substancialmente idênticas e impõe disciplina específica a temas como legitimidade *ad causam* e coisa julgada, aponta para a pertinência de conferir-se às ações coletivas prioridade na sua tramitação.

Tal preferência já existe, atualmente, no tocante ao mandado de segurança, individual ou coletivo (art. 17, da Lei nº 1.533/51), ao *habeas corpus* (arts. 656, 660, 661 e 664 do Código de Processo Penal) e às ações referentes aos idosos (art. 1211 do Código de Processo Civil e art. 71 do Estatuto do Idoso – Lei nº 10.741/2003). A redação de tais dispositivos nos serve de norte para a alteração pretendida e que deverá ser efetivada no corpo da Lei da Ação Civil Pública e do Código de Defesa do Consumidor, responsáveis pela tutela coletiva em nosso País.

Convém, ainda, alterar a redação pretendida pelo projeto, não só para lhe conferir objetividade, visto ser desnecessária a menção aos diversos atos processuais que deverão ser realizados de forma célere, mas também para possibilitar que o requerimento de prioridade possa ser formulado a qualquer tempo, não ficando limitado ao momento da petição inicial e atingindo, assim, as ações em curso na data de entrada em vigor da lei.

Outrossim, deve-se retirar a referência ao indeferimento ensejador de recurso, constante da parte final do parágrafo único do art. 1º do PL, pois seria desaconselhável criarmos novo incidente capaz de justificar um

¹ DINAMARCO, Cândido Rangel. A Reforma da Reforma. Malheiros: São Paulo, 2003. 5ª ed., p. 33.

recurso de agravo. A redação deverá, frise-se, seguir a sistemática já adotada pela Lei do Mandado de Segurança e pelo recente Estatuto do Idoso.

Isso posto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa, com as ressalvas feitas e, no mérito, pela **aprovação do Projeto de Lei nº 3.945, de 2004**, na forma do **Substitutivo** em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2004.

Deputado FERNANDO CORUJA
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.945, DE 2004

Confere prioridade à tramitação dos processos relativos à tutela de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei acrescenta dispositivos às Leis nº 7.347, de 24 de Julho de 1985, e 8.078, de 11 de Setembro de 1990, para conferir prioridade à tramitação dos processos relativos à tutela de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.

Art. 2º O artigo 18 da Lei nº 7.347, de 24 de Julho de 1985 – Lei da Ação Civil Pública, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

“Art. 18

§1º As ações de que trata esta Lei terão prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais, em qualquer instância.

§2º O autor da ação requererá o benefício à autoridade judiciária competente para decidir o feito, que determinará as providências a serem cumpridas, anotando-se essa circunstância em local visível nos autos do processo.” (NR)

Art. 3º O artigo 87 da Lei nº 8.078, de 11 de Setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§2º e 3º, ficando o atual parágrafo único renumerado como §1º:

“Art. 87

§1º

§2º As ações coletivas de que trata este Código terão prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais, em qualquer instância.

§3º O autor da ação requererá o benefício à autoridade judiciária competente para decidir o feito, que determinará as providências a serem cumpridas, anotando-se essa circunstância em local visível nos autos do processo.” (NR)

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2004.

Deputado FERNANDO CORUJA
Relator